

A MANIFESTAÇÃO E PENSAMENTO DOS MOÇOS SOBRE A "JUVENTUDE BRASILEIRA"

Oportuna iniciativa do Departamento de Imprensa e Propaganda — O "Dia da Juventude" será consagrado na data natalícia do presidente Getúlio Vargas

RIO, 16 (Agência Nacional-Brasil) — O Departamento de Imprensa e Propaganda divulgou o seguinte comunicado: "No desejo de trazer ao seu salão de conferências as vozes lídicas da mocidade, para dizer ao Brasil o que ela sente a respeito da criação da "Juventude Brasileira" como uma organização destinada a enquadrar aqui para o futuro todas as gerações moças da Pátria, o Departamento de Imprensa e Propaganda dirigiu-se ao ministros da Educação, da Guerra e da Marinha, e

ao Prefeito Municipal, solicitando-lhes seu apoio à iniciativa administrativa e que fossem, então, determinadas providências para que os alunos da Escola Militar, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, Escola Naval, Universidade do Brasil, Instituto de Educação, representando estas corporações o ensino superior, para que ocupassem a tribuna do D. I. P., extendendo de público e com franca sinceridade de moços seu pensamento sobre a "Juventude Brasileira".

Conforme a comunicação que nos fez, e atendendo à recomendação do ministro da Guerra, o coronel Gomes Paiva, diretor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, mandou abrir um concurso entre os alunos de todas as armas daquele Centro, para a escolha do melhor trabalho sobre aquele tema, a fim de ser, assim, indicado um representante dos nossos futuros oficiais da reserva, que falará no Departamento de Imprensa e Propaganda".

O "DIA DA JUVENTUDE" SERÁ CONSAGRADO NA DATA NATALÍCIA DO PRESIDENTE VARGAS

idéia de consagrar a data natalícia do presidente Getúlio Vargas com o "Dia da Juventude". O ministro Valdemar Falcão declarou que o Chefe do Governo encontrou corajosamente o problema de educação moral e cívica da mocidade, certo de que conseqüirá o reerguimento completo da nacionalidade.

O MELHORAMENTO DE NOSSAS RODOVIAS

Telegrama de aplausos à deliberação do interventor Argemiro de Figueiredo de reconstruir as nossas estradas em bases definitivas, com a utilização de granito ou asfalto

A PLAUDINDO a deliberação do interventor Argemiro de Figueiredo, no sentido de reconstruir as nossas principais rodovias em bases definitivas, com a emprego de granito ou asfalto, assegurando a estabilidade ao grande trânsito, o conde Rafael de Barros, vigário de Santa Rita, dirigiu ao Chefe do Governo o seguinte telegrama:

"SANTA RITA, 12 — Presenciando a montagem das máquinas e preparativos para o início da reconstrução das rodovias, em base de granito, serviço digno de aplausos de todos os paraibanos, envio a v. excia. calorosas felicitações por tão arrojado empreendimento. — CONDE RAFAEL DE BARROS, vigário de Santa Rita."

O novo comandante da Força Policial da Paraíba

Por motivo de sua convocação e comprometimento no posto de coronel para comandar essa corporação, o comandante Elísio Sobrinho foi substituído pelo Sr. Joaquim de Albuquerque.

De Campina Grande — Sargento Vitorino Pereira Dias.
De Oetimadas — Senhorita Maria Dulce e Lourdes Barbosa.
De Monteiro — Sr. José Cipriano Maracá.

De Princesa Isabel — Sargento João Ferreira da Silva.
De Catalão do Rocha — Sr. Otávio Gadelha.

De São Tomé — Sr. Sérgio Meirelles.
De Pilar — Tenente Gonzaga Lima.

De Esperança — Srs. Malgualva Rodrigues de Melo Irineu Rodrigues de Melo Francisco Bezerra e Antonio Coelho Sobrinho.

De Nairó — Tenente Israel Cívico.
De Pirpirituba — Soldado João Batista de Melo.

De São José — Srs. Luiz Marinho e Virgílio Dantas.

TODOS OS OPERÁRIOS TEEM DIREITO A FERIAS

O Ministro do Trabalho responde a uma consulta da "Fábrica "Santa Izabel"

RIO, 16 — (Agência Nacional-Brasil) — Respondendo à consulta da Fábrica de Tecidos "Santa Izabel", o Ministro do Trabalho declarou que todos os operários teem direito a férias visto a Carta Constitucional de 10 de novembro não estabelecer distinção entre os sindicalizados e não sindicalizados, devendo ser outorgado a uns e outros o repouso periódico anual.

A grave é planta que produz em terreno seco ou pobre, dura muitos anos e apresenta lucras que superam quando sempre se de monta cultura, que como lavoura pratica em grande escala.

UM TELEGRAMA do prefeito Carlos Pessoa ao interventor Argemiro de Figueiredo

O sr. Interventor Federal recebeu do sr. Carlos Pessoa, prefeito de Umbuzeiro, que se encontra atualmente no sul do País, o seguinte telegrama, em nome lavoura pratica em grande escala.

"São Paulo, 14 — Comunico ao preado amigo que segurei no Rio amanhã, a onde estarei à sua disposição. Cordial abraço — Carlos Pessoa".

DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA NA PARAIBA

Uma comunicação do dr. Epitácio Pessoa Sobrinho, inspetor-chefe do Fomento Animal em Pernambuco, ao sr. Interventor Federal

COMUNICANDO ao Interventor Argemiro de Figueiredo o haver sido remetidos para a Inspeção de Fomento Animal de Tipiú, em Pernambuco, quatorze reprodutores bovinos, destinados a vários municípios paraibanos, o dr. Epitácio Pessoa Sobrinho, inspetor-chefe daquele serviço, enviou a s. excia. o seguinte telegrama:

RECIFE, 10 — Interventor Argemiro de Figueiredo — Palácio da Redenção — João Pessoa — Tenho a maior satisfação de comunicar a v. excia. haver esta Inspeção Regional remetido para Campina Grande quatorze reprodutores bovinos destinados ao serviço de monta de várias fazendas localizadas nos municípios de Campina, Soledade, Cabaceiras, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha e Sousa. Atendendo

cordiais saudações, Epitácio Pessoa Sobrinho, inspetor-chefe do Fomento Animal em Tipiú."

NOTAS DE PALÁCIO

A fim de que o sr. Interventor possa melhor atender as pessoas que tiverem interesse a tratar junto ao Governo, e para perfeita regularidade do serviço de audiência, fica o expediente da manhã reservado ao secretariado, com o qual s. excia. despachará ainda a partir das 17 horas.

Das 14 às 17 horas s. excia. atenderá as pessoas cujas audiências tenham sido previamente marcadas pelo Gabinete da Interventoria, das quais daremos diariamente a relação.

Estando completos no momento os quadros do funcionalismo, é inútil o pedido de audiência ao sr. Interventor com esse fim.

Logo que ocorrerem vagas, s. excia. terá a maior satisfação, como sempre, em atender os candidatos.

Ontem, o sr. Interventor Federal recebeu, em audiência, as seguintes pessoas: Drs. Cláudio Gouveia, Giovanni Gioia e Demétrio Toledo, prefeito Demostenes Cunha Lima, padre Miguel Ojavian, major Genúlio Bezerra, srs. Aristides Vilar Filho, João Ferreira Nobre e Francisco de Assis e professora Julia Pinto.

Hoje, o Chefe do Governo receberá em audiência, às 14 horas, as seguintes pessoas: Drs. Vicente Nogueira e José Bezerra Dantas, sr. Zacarias de O. Srtá, Gerarda Silva e sras. Carmelina Toscano e Alexina Guimarães.

O ENSINO BRASILEIRO

— A instrução primária — A contribuição particular

Em 1936 cresceram de 100 para 120, o secundário de 100 para 140 e o técnico-industrial de 100 para 143. O ensino público subiu de 100 para 134 e o particular de 100 para 119. Em 1937, informou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em seu Boletim n.º 1, os poderes públicos mantinham 71% das escolas existentes no país, cabendo a particulares 29%. Em 1938, as escolas públicas atingiram 72,3% e as particulares 26,7%. De cada grupo de 100 habitantes s. frequentavam escolas em 1932 e 7 em 1938. Cresceu nesse ano, comparado com 1932, o aumento de 9.162 escolas, 20.142 professores e 794.307 alunos.

Das despesas da União, dos Estados e dos Municípios com o ensino e a cultura, que haviam sido de 3.002.632-854\$900 em 1932, atingiram em 1933, 410.214-678\$900.

A distribuição, em 1938, segundo as categorias do ensino, era a seguinte: Primário: 35.521 escolas; 2.740.050 alunos e 68.896 professores. Secundário: 1.603 escolas; 707.640 alunos e 3.126 professores. Doméstico: 440 escolas; 27.936 alunos e 1.296 professores. Técnico-industrial: 154 escolas; 14.341 alunos e 1.624 professores. Comercial: 324 escolas; 31.065 alunos e 4.016 professores. Artístico: 512 escolas; 18.750 alunos e 1.298 professores. Magisterial: 63 escolas; 29.937 alunos e 4.183 professores. Superior: 217 escolas; 26.282 alunos e 3.760 professores. Outros ensinos: 715 escolas, 62.402 alunos e 3.528 professores.

Des 1.478 municípios brasileiros, em 1936, 1.473 dispunham de escolas primárias e 371 de escolas complementares, secundárias e superiores. Os estabelecimentos de ensino pri-

O DIA DE ONTEM NO PALÁCIO DO CATÊ

Despacharam com o Chefe da Nação os ministros Eurico Gaspar Dutra e Aristides Guilhem e o sr. Lourival Fontes

RIO, 16 — (A UNIAO) — Despacharam e conferenciaram hoje com o presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catê, os ministros Eurico Gaspar Dutra e Aristides Henrique Guilhem titulares das pastas da Guerra e da Marinha, o sr. Lourival Fontes, diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Ainda foram recebidos em audiência, pelo Chefe Nacional, os generais Francisco Ferreira e Newton Cavalcanti e o desembargador Ademar TAVOES, além do capitão João da Silva Nascimento.

"HABITAT" RURAL

O INQUÉRITO sobre o habitat rural em todos os municípios do País que o titular da Agricultura acaba de mandar proceder, cumprindo uma recomendação do sr. Presidente da República, é uma demonstração a mais da patriótica solicitude do Estado Novo pela sorte das condições nacionais sobretudo das moças proletárias para as quais está o Governo empenhado em proporcionar um condigno padrão de vida com a recente adoção do salário mínimo.

O inquérito em apreço tem s. mira em conhecimento pormenorizado das condições sociais e econômicas do trabalhador do campo, em nosso país, dada a feição marcadamente agrária da sua civilização, com uma economia que se baseia sobretudo nas atividades agrícolas, na produção dos campos, os trabalhadores rurais constituem a grande maioria do proletariado nacional. É de suma importância, pois, o inquérito que tem sido procedido em todos os municípios brasileiros sobre o habitat das populações camponesas, para saber-se do que mais necessitam e, em suma, como vivem, para que lhes seja facultado em mais humano e mais justo nível de vida.

No Paraiba, o homem do campo tem merecido do governo Argemiro de Figueiredo um desenvolvimento do processo agrícola, com o desenvolvimento do cooperativismo e racionalização e modernização dos processos agrícolas, dos instrumentos de trabalho rural que libertaram os camponeses dos meios primitivos, escassos e penosos de cultura da terra.

A população rural paraibana oferece, hoje em dia, um espetáculo de vida intensa e confiante na terra e suas riquezas inexgotáveis. E nos serões, graças a continuidade com o que o Governo Nacional vem agindo na solução dos problemas do setor, apreendendo a terra e o homem para enfrentarem organizadamente as épocas difíceis — tanto com a construção da grande e média açudagem como através completo e eficiente sistema rodoviário — já o nível de vida das populações é bem melhor, muito mais alto que o de há alguns anos atrás. A civilização vai penetrando vigorosamente no vasto hinterland nordestino e modifica costumes e práticas de trabalho. Hoje um povo é, assim, agitado por novos métodos de ação econômica, mistos mesmo de natureza industrial, interessando-se cada vez mais por tudo quanto representa um passo à frente do que se empenhava e realizou pela melhoria das suas condições de vida.

Do interventor Alvaro Maia ao interventor Argemiro de Figueiredo

Agradecendo ao Interventor Argemiro de Figueiredo a acolhida dispensada ao dr. Admar Turí, diretor do Aprendizado Agrícola de Paredão, no Amazonas, que se encontra neste Estado, comissionado pelo Governo amazonense, para estudar a organização agrícola da Paraíba, o interventor Alvaro Maia enviou ao Chefe do Executivo paraibano o seguinte telegrama:

"Manáias, 11 — Cumpro o dever de agradecer ao ilustre compatriota a prova de cordialidade demonstrada por vossa administração ao receber-me oficialmente o agrônomo Admar Turí, em comissão para estudar a organização da agricultura dessa próspera unidade da Federação. Cordiais saudações — Alvaro Maia".

Relativamente a 1932, o ensino primário em 1936 cresceu de 100 para 120, o secundário de 100 para 140 e o técnico-industrial de 100 para 143. O ensino público subiu de 100 para 134 e o particular de 100 para 119. Em 1937, informou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em seu Boletim n.º 1, os poderes públicos mantinham 71% das escolas existentes no país, cabendo a particulares 29%. Em 1938, as escolas públicas atingiram 72,3% e as particulares 26,7%. De cada grupo de 100 habitantes s. frequentavam escolas em 1932 e 7 em 1938. Cresceu nesse ano, comparado com 1932, o aumento de 9.162 escolas, 20.142 professores e 794.307 alunos.

Das despesas da União, dos Estados e dos Municípios com o ensino e a cultura, que haviam sido de 3.002.632-854\$900 em 1932, atingiram em 1933, 410.214-678\$900.

A distribuição, em 1938, segundo as categorias do ensino, era a seguinte: Primário: 35.521 escolas; 2.740.050 alunos e 68.896 professores. Secundário: 1.603 escolas; 707.640 alunos e 3.126 professores. Doméstico: 440 escolas; 27.936 alunos e 1.296 professores. Técnico-industrial: 154 escolas; 14.341 alunos e 1.624 professores. Comercial: 324 escolas; 31.065 alunos e 4.016 professores. Artístico: 512 escolas; 18.750 alunos e 1.298 professores. Magisterial: 63 escolas; 29.937 alunos e 4.183 professores. Superior: 217 escolas; 26.282 alunos e 3.760 professores. Outros ensinos: 715 escolas, 62.402 alunos e 3.528 professores.

Des 1.478 municípios brasileiros, em 1936, 1.473 dispunham de escolas primárias e 371 de escolas complementares, secundárias e superiores. Os estabelecimentos de ensino pri-

motor Público; apelado João Cirilo de Sá. O exmo. dr. Sub-Procurador Gera do Estado devolveu os autos com a respectivos pareceres.

Assinatura de acordãos: Revisão criminal n.º 1. da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Requerente o detento Manoel Barbosa de Oliveira recolhido à Cadeia Pública da Capital.

Apelação criminal n.º 34 da comarca de Campina Grande. Relator des. Severino Montenegro. Aggravante Jodi Pereira Belo. João Ferreira de Lima. Orestes Florêncio Costa. José Antisr Comaró e outros; apelada a Justiça Pública.

Apelação criminal n.º 65 da comarca de Sousa. Relator des. Azevído Barros. Apelaante a Justiça Pública; apelado Saturnino Abrantes.

Apelação criminal n.º 70 da comarca de Catalô do Rocha. Relator des. Severino Montenegro. Apelaante o dr. Provedor Público; apelado Cicero A. Ladino de Andrade.

Apelação criminal n.º 72 da comarca de Campina Grande. Relator des. Braz Baraculy. Apelaante a Justiça Pública; apelado Antonio Melquiades da Silva, vulgo "Antonio Toa".

Aggrav. de petição civil n.º 25 da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Aggravante José Marques de Sousa; agravado Tertuliano Dantas da Silva.

Apelação civil n.º 20 da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. 1.º apelante o dr. juiz de direito da 3.ª vara (ex-offício); 2.º apelante a Fazenda do Estado; apelado Manuel Farias Leite.

Apelação civil n.º 26 da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Apelaante a Cooperativa de Crédito Agrícola de João Pessoa; apelado Pedro Lopes Guimarães.

Apelação civil n.º 136 da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Apelaante Arquitrônio Augusto de Holanda e sua mulher; apelado Nicola Consentino. Firm. assinados os respectivos acordãos.

AUTOS COM VISTAS A'S PARTES COPIANDO PRAZO NA SECRETARIA. Agravo de despacho do exmo. des. Presidente nos autos de embargo ao acórdão na apelação civil n.º 113, da comarca de João Pessoa. Aggravante Antonio André de Figueiredo. Aggravados J. Barros & Filho.

Com vista ao advogado dos arstados pelo prazo legal, em data de 16 do corrente.

EDITAL N.º 32

Faço ciente aos interessados que o exmo. des. Presidente do Tribunal de Apelação designou a sessão do dia 30 do corrente para os seguintes julgamentos: pela 2.ª Camara.

Aggrav. de petição criminal ex-offício n.º 49, da comarca de Picuí. Relator des. Severino Montenegro.

Aggrav. de petição criminal ex-offício n.º 51, da comarca de Alagôas Grande. Relator des. Braz Baraculy.

Apelação civil n.º 58, da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Apelaante Antonio de Carvalho Dias; apelados Sebastião Gomes da Silva e sua mulher.

Apelação civil n.º 64, do termo de Santana. Relator des. Azevído Barros. Apelaantes Luiz Cartaxo Rolim e sua mulher; apelados Bonifácio Gonçalves de Moura e sua mulher.

Embargos ao acórdão n.º 107, dos autos de apelação civil n.º 107, da comarca de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Embargante d. Juiz de Direito Martins; embargada a Fazenda do Estado.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente edital na conformidade do Código do Processo Civil em vigor.

Secretaria do Tribunal de Apelação em João Pessoa, 14 de maio de 1940. — Euripedes Tabares, secretário.

Prefeitura Municipal de João Pessoa

EXPEDIENTE DO PREFEITO DO DIA 16:

Petições: N.º 1.861 — Do dr. José de Seixas Maia; n.º 2.096 — De L. Miranda Freire & Irmão; n.º 8.075 — De Miguel Marques da Costa; n.º 2.165 — De Nair de Almeida Braga; n.º 2.123 — De Manuel de Sousa Lima; n.º 2.063 — De Manoel Pinó; n.º 2.087 — De Adalberto Ribeiro; n.º 536 — De Artur Duarte; n.º 2.098 — De Ademair Tavares Vanderlei; n.º 2.078 — De P. F. Coutinho; n.º 2.080 — De José F. Moreira Lima; n.º 1.298 — De José Valério de Sousa; n.º 2.104 — De Severino Calixto Almeida; n.º 2.061 — De Maria Firmiana da Silva; n.º 862 — De Maria Pereira de Lima; n.º 2.145 — De Oscar Batista de Silva; n.º 2.094 — De Oliveira de Andrade Pereira; n.º 2.100 — De Joana Ambrósio da Silva; n.º 2.077 — De Maria Roque da Silva.

Deferido, recusando a construção que não metros do alinhamento da rua. N.º 1.879 — De João Cavalcanti de Menezes; n.º 4.029 — De João Batista Tom; n.º 2.050 — De João da Costa Frazão. — Deferido, expondo-se as cartas de habitação sob os n.ºs 57 e 56.

N.º 328 — De Artemisa Bezerra Cavalcanti. — Deferido, sendo a tenção por quatro anos. N.º 8.081 — De Isabel de Almeida Albuquerque. — Como requer, sendo a tenção até o ano de 1942. N.º 2.131 — De João Ferreira Neto. — Como requer, até o ano de 1939.

Convite: Fica convidado a comparecer à Diretoria de Obras Públicas Municipais s.ºs: Epitácio Inácio da Silva.

Multa: A Prefeitura multou o sr. José Gomes da Rocha, por está usando peças viciadas em seu estabelecimento comercial à avenida Manuel Deodato, n.º 418.

Prefeitura Municipal de Guarabira

Balanete da Receita e Despesa de 1 a 30 de abril de 1940.

RECEITA

TRIBUTARIA:

Table with columns for category (a, b), item description, and amount. Includes sub-sections for Impostos and Taxas.

PATRIMONIAL:

Table with 2 columns: item description and amount.

INDUSTRIAL:

Table with 2 columns: item description and amount.

RECEITA DIVERSAS:

Table with 2 columns: item description and amount.

RECEITA EXTRAORDINARIA:

Table with 2 columns: item description and amount.

DESPESA

Table with 2 columns: item description and amount.

SECRETARIA:

Table with 2 columns: item description and amount.

SERVIÇOS DE INSPECÃO:

Table with 2 columns: item description and amount.

CEMETERIOS:

Table with 2 columns: item description and amount.

SERVIÇOS URBANOS:

Table with 2 columns: item description and amount.

"GONE WITH THE WIND"

(Conclusão a 3.ª pag.) Desprezadas as afinações, sendo temperamental, mas da arte do ator... Volta a traduzir, porém, em que o livro não foi escrito, não para que o gossamer nos aprazera e de ficção. Únicamente nos espantos e argumentos, não de qualquer natureza, mas de situações, quilibrações peculiares, por exemplo, ao "Papa Counter Point", de Huxley ou ao "The Human Bondage", de Wells...

Este e outro ponto mais, como a preocupação da fôrça senhora Haggard, a qual no começo sua "Highland" — perfeita, peculiar e toda boa película cinematográfica, realmente não passam de justas e simples manifestações do instinto de conservação dos nossos escritores de todo mundo, que têm no cinema, sendo o "intra-ratio" da glória, pelo menos a sua fôrça de salvação.

Volta a traduzir, porém, em que o livro não foi escrito, não para que o gossamer nos aprazera e de ficção. Únicamente nos espantos e argumentos, não de qualquer natureza, mas de situações, quilibrações peculiares, por exemplo, ao "Papa Counter Point", de Huxley ou ao "The Human Bondage", de Wells...

maio de 1940 9:7185100 44:6665400

Tesouraria da Prefeitura Municipal de Guarabira, em 30 de abril de 1940. Adalberto Bezerra Lima — Tesoureiro. VISTO: — Sabiniño Mata — Prefeito.

Prefeitura Municipal de Picuí

Balanete da Receita e Despesa, durante o mês de abril de 1940.

RECEITA ORDINARIA:

Table with columns for category (a, b), item description, and amount. Includes sub-sections for Impostos and Taxas.

RECEITA EXTRAORDINARIA:

Table with 2 columns: item description and amount.

DESPESA

Table with 2 columns: item description and amount.

Table with columns for category (V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII), item description, and amount. Includes sub-sections for Instrução, Fomento agrícola, Obras Públicas, Fazenda Municipal, Limpeza Pública, Serviço de Estatística, Cemitérios, Diversas despesas.

Saldo para maio no Banco Rural de Picuí 2:3433300 11:3825200

Prefeitura Municipal de Picuí, 4 de maio de 1940.

Samuel Antão de Farias, tesoureiro. Confer: E. Macedo, secretário. Jaxo Correia Sobrinho, prefeito.

Prefeitura Municipal de Araruna

Balanete da receita e despesa da Prefeitura Municipal de Araruna, referente ao mês de abril do exercício de 1940.

RECEITA

Table with 2 columns: item description and amount.

DESPESA

Table with 2 columns: item description and amount.

Soma da despesa 14:3397700 Saldo que passa 32:2078400

Total 46:5478100 Prefeitura Municipal de Araruna, em 10 de abril de 1940.

Arnaldo Gomes de Araújo, secretário. Visto: Demostenes Cunha Lima, prefeito. Manoel Florentino da Costa, tesoureiro.

Prefeitura Municipal de Alagôas Grande

Balanete da Receita e Despesa referente ao mês de abril de 1940.

RECEITA ORDINARIA

Table with 2 columns: item description and amount.

Table with columns for item description and amount. Includes sections for RECEITA DIVERSAS, RECEITA EXTRAORDINARIA, and DESPESA.

SECRETARIA:

Table with 2 columns: item description and amount. Includes sub-sections for Imposto de Licença, Imposto sobre exploração agro-industrial, Imposto sobre jogos e diversões, Taxa de fiscalização e serviços diversos, Receita patrimonial, Receitas diversas, Receita de cemitérios.

Tesouraria da Prefeitura de Alagôas Grande, 30 de abril de 1940. José Barreto de Almeida — Tesoureiro-curatário. VISTO: — Cleodando Trigueiro — Prefeito.

Prefeitura Municipal de Caieira

Balanete da Receita e Despesa da Prefeitura de Caieira, referente ao mês de abril do corrente exercício.

RECEITA

Table with 2 columns: item description and amount.

DESPESA

Table with 2 columns: item description and amount.

Total 21:8218500

Prefeitura Municipal de Caieira, 30 de abril de 1940.

Cleodando F. de Oliveira, tesoureiro interino. José Alvarez, resp. pelo expediente.

CAMISARIA E SAPATARIA "CONDOR"

Fabrica sob medida e em qualquer modelo CAMISAS, CUECAS, PIJAMAS, CALÇADOS DE SENHORA. Mantém um ótimo sortimento de artigos importados das melhores fabricas do Rio e S. Paulo, como sejam: PIJAMAS em qualquer tipo, CAMISAS com colarinhos MALEAVEI e INDEFORMAVEL, CHAPEU de palha BRUNETO, DE LÃ E FELTRO e calçados para homens, senhoras e crianças.

RUA B. DO TRIUNFO, 441 e 445 — JOÃO PESSOA

supra. O escrivão — Braulio Epaminondas Araújo.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(37) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que José Joaquim de Oliveira, brasileiro, industrial, residente em Guarabira, deve à Fazenda Federal a quantia de trinta e seis mil réis (36\$000), proveniente do imposto de multa respectiva, relativo ao exercício de 1937, por infração dos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado na falta deste, aos seus herdeiros ou a quem de direito, para, incintamente, pagar a referida importância e custas ou nomear bens à penhora, e, caso não faça, sejam penhorados tantos bens do devedor, quantos bastem para pagamento do débito e custas, ficando ele, desde logo, citado para todos os ulteriores termos da ação, até final, nomeadamente para a primeira audiência ordinária deste Juízo, oferecer os embargos que tiver, sob pena de revelia. Requer-se, ainda, que, caso recalc a penhora em bens imóveis, seja também citada a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$69.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que Joaquim José de Farias, estabelecido e residente em Guarabira, deve à Fazenda Federal a quantia de trinta e seis mil réis (36\$000), proveniente de imposto e multa do exercício de 1937, por infração dos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$69.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(38) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que Joaquim José de Farias, estabelecido e residente em Guarabira, deve à Fazenda Federal a quantia de trinta e seis mil réis (36\$000), proveniente de imposto e multa do exercício de 1937, por infração dos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$69.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(39) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que Francisco Joaquim de Silva, brasileiro, industrial, residente nesta cidade, deve à Fazenda Federal a quantia de cinquenta e quatro mil réis (54\$000), proveniente do imposto e multa relativo ao exercício de 1937, por infração aos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$108.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(40) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que José Rodrigues de Oliveira, brasileiro, industrial, residente em Guarabira, deve à Fazenda Federal a quantia de setenta e dois mil réis (72\$000), proveniente do imposto e multa do exercício de 1937, por infração dos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$144.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.



BRASIL

mos da ação, até final, nomeadamente para o prazo legal, que lhe será assinado na primeira audiência ordinária deste Juízo, oferecer à penhora os embargos que tiver, sob pena de revelia. Requer-se, ainda, que, caso recalc a penhora em bens imóveis, seja também citada a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$108.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(41) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que Severino Carmelo de Lima, estabelecido e residente nesta cidade, em Tananubim, Guarabira, deve à Fazenda Federal a quantia de quarenta e oito mil réis (48\$000), proveniente do imposto e multa do exercício de 1937, por infração aos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$96.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(42) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que José Paulo Gomes, brasileiro, industrial, residente em Guarabira, deve à Fazenda Federal a quantia de trinta e seis mil réis (36\$000), proveniente do imposto e multa respectiva, relativo ao exercício de 1937, por infração dos decretos citados na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$72.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

(43) **EDITAL** — O dr. Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de citação, com o prazo de 30 dias virem, que, pelo dr. promotor público da comarca, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte:

"Exmo. sr. dr. Juiz de Direito: Diz o Promotor Público desta comarca que José Feliz da Costa, brasileiro, industrial, residente nesta cidade de Guarabira, deve à Fazenda Federal, a quantia de trinta e seis mil réis (36\$000), proveniente do imposto e multa respectiva, referente ao exercício de 1937, por infração dos decretos citados na certidão junta, como se vê na certidão junta, por isso, requer se digno v. excia. mandar citar ao suplicado e a mulher do executado, se for casado. Nestes termos: P. deferimento. Guarabira, 16 de novembro de 1939. (Ass.) Anfrísio Ribeiro de Brito, promotor público." Deferido o pedido e expedido o competente mandado, certificaram os oficiais de justiça não haver encontrado o devedor, que se acha ausente, em lugar incerto e não sabido, pelo que, concluídos os autos, mandou se publicasse o competente edital, pelo qual chama e cita o referido devedor para, dentro do aludido prazo, comparecer ao cartório do escrivão que este subscreve, a fim de efetuar o pagamento do principal, multa e custas acrescidas, com se calcula em \$72.000, ou, não o fazendo, ver correr os demais termos da ação até final, sob pena de revelia. Cidade de Guarabira, aos 7 de maio de 1940. Eu, Braulio Epaminondas Araújo, escrivão, o datilografei e subscrevo. (Ass.) Laudelino Cordeiro de Araújo, Juiz de Direito da comarca de Guarabira, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

VISTO: — Laudelino Cordeiro de Araújo.

JOSÉ MOUSINHO
ADVOCADO
Avenida João Machado, 348 — Fone, 1588
Trincheiras — João Pessoa

JOSÉ PINTO
ADVOCADO
Campina Grande — Rua Afonso Campos, 82 — Fone, 210

